**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO DO BUGRE**

**CARTA CONVITE N° 24/2020**

**1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Por determinação do Senhor **ROBERTO MACIEL SANTOS**, PREFEITO MUNICIPAL, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, tornamos público para conhecimento dos interessados que, às 09**:00 horas do dia 06 de Março de 2020**, no Departamento de Administração Geral da Prefeitura Municipal De Lajeado Do Bugre - RS, serão abertas as propostas referentes a esta Carta Convite **24/2020**, de conformidade com as seguintes condições:

**2 - OBJETO**

A presente Carta Convite visa a escolha da melhor proposta para o seguinte objeto:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE OFICINAS OCUPACIONAIS E EDUCATIVAS. Conforme Anexo I.**

**3 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS**

**3.1** - Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, assinados, e identificados, respectivamente, de n°1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE LAJEADO DO BUGRE**

**EDITAL DE CARTA CONVITE nº 24/2020**

**ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO**

**PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA E ENDEREÇO)**

**AO MUNICÍPIO DE LAJEADO DO BUGRE**

**EDITAL DE CARTA CONVITE nº 24/2020**

**ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA FINANCEIRA**

**PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA E ENDEREÇO)**

**3.2 -** PARA HABILITAÇÃO O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE N°1:

"PESSOA JURIDICA”

**3.2.1** - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E TRABALHISTA:

Para fins de habilitação neste processo, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE nº 01, os documentos de habilitação:

Declaração assinada de órgão Público que prestou os referidos Serviços nos últimos 24 meses.

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

* Cédula de Identidade dos Diretores;
* Registro Comercial no caso de Empresa Individual;
* Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores. "Declaração de idoneidade financeira apresentado pela empresa e assinando pelo representante legal da mesma" CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: a) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos dos anexos ao Decreto Federal nº 4.358, de 5 de setembro de 2002.

 a) Cédula de Identidade do(s) Diretor(es) ou representante presente no certame;

 Registro Comercial no caso de Empresa Individual;

 b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.

 c) Declaração de idoneidade financeira apresentado pela empresa e assinando pelo representante legal da mesma;

 d) CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos dos anexos ao Decreto Federal nº 4.358, de 5 de setembro de 2002.

 e) Declaração firmada por representante legal da empresa, de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, o, integrante de comissão de licitações e de ocupantes de cargos de direção de assessoramento, de agentes públicos com vínculo empregatício com o Poder Executivo do Município de Lajeado do Bugre.

 f) Comprovante de localização da empresa, que esta localizada a uma distancia não superior a 100 km de distancia da Cede do Município.

 g) Comprovante de formação em Pedagogia para os trabalhos descritos no item 5.

**3.2.2 -** REGULARIDADE FISCAL.

* Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
* Certidão Conjunta que prove a regularidade com a Fazenda Federal (Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional; Débitos previdenciários);
* Certidões Negativas de Débito junto as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio do Licitante.
* Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
* Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011);
* Certidão negativa de falência ou concordata ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para apresentação do documento;

As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) A empresa que pretender utilizar os benefícios previstos nos art.42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, documento comprobatório ou declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte "atualizados", além de todos os documentos previstos no item 2.1 deste edital.

b) A microempresa e a empresa de pequeno porte que atender a alínea "a" e possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 2.1, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

c) O benefício de que trata a alínea "b" não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

d) O prazo de que trata a alínea "b" poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

e) A não regularização da documentação, no prazo fixado nas alíneas "b" e "d", implicará na decadência do direito à contratação, sendo imposta a penalidade prevista no item 8.1, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**3.3** - O ENVELOPE N° 2 DEVERÁ CONTER:

a) PROPOSTA FINANCEIRA, com valores expressos em Real, datada e assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo que deverá ser utilizada a proposta emitida pelo sistema de compras da Prefeitura Municipal, já emitida com os dados da empresa que será entregue juntamente com o presente edital;

b) O convite devera ser solicitado junto a Prefeitura Municipal de Lajeado do Bugre – RS juntamente com a Proposta Financeira até o dia 05 de março de 2020.

c) PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

**4 - DO JULGAMENTO**

**4.1 -** O Julgamento da proposta será do tipo MENOR PREÇO NO ITEM e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora;

**4.2 -** Prazo para assinatura do contrato da vencedora no processo licitatório com o Município será após a homologação do resultado do julgamento.

**4.3 -** Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei n/8.666/93.

**5 - DOS RECURSOS**

**5.1 -** Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei n° 8.666/93.

**6 - DO LOCAL DE ENTREGA**

**6.1 -** O local de prestação dos serviços licitados será na Prefeitura Municipal de Lajeado do Bugre - RS, e seus setores, serão presenciais, e com carga horaria conforme descrição no anexo I do referido edital.

**7 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**7.1 -** Será pago mensalmente até o quinto dia útil do mês, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente quitada e assinada pelo responsável pela Secretaria de Administração, ou por assinatura do ordenador de despesas, mediante apresentação de relatório de atividades.

**8 - DA VALIDADE DA PROPOSTA**

**8.1 -** A Validade da proposta é de 60 (sessenta) dias após o julgamento da mesma.

**9 - DAS PENALIDADES E MULTAS**

Havendo descumprimento das condições estipuladas ou a inadimplência parcial ou total da prestação de serviço, serão aplicadas as seguintes penalidades:

 A recusa pelo fornecedor em entregar a integralidade do objeto adjudicado acarretará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta.

 O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 20% (vinte por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

 O não cumprimento da obrigação sujeitará o fornecedor à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação.

**9.1 –** Em caso de descumprimento de alguma das disposições prevista nesse instrumento será aplicada ao licitante a penalidade de **advertência**.

Havendo reincidência, será aplicada **multa no valor de R$ 150 (cento e cinqüenta reais)**. Se, ainda assim, a empresa vir a ser novamente inabilitada, será aplicada, a critério da Comissão de Licitação, a penalidade de suspensão,

**9.2 -** suspensão do direito de participar das licitações pelo prazo de 60 dias

**9.3 -** Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

**9.4 -** Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um)ano;

**9.5 -** Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

 A recusa pelo fornecedor em entregar a integralidade do objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

 O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

 O não cumprimento da obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

**10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1 -** A prestação dos serviços deverão corresponder exatamente ao solicitado neste instrumento; ficando a vencedora obrigada a sanar eventuais lacunas no objeto licitado.

**10.2 -** Será desclassificada a proposta que conter rasuras, números ilegíveis ou confusos, escrito a lápis ou grafite e com mais de 02 casas após a vírgula.

**10.3 -** Ocorrendo empate de propostas será obedecido o disposto no §2º do artigo 45 da Lei 8.666/93.

**10.4 -** A Comissão Permanente de Licitações, em atendimento a Lei 8.666/93, art. 109, § 6º, obedecerá aos prazos recursais, salvo se todos os licitantes estiverem presentes e for lavrado em ata a desistência de recursos, devidamente assinada pelos licitantes e/ou concordarem em abdicar desse direito, através de declaração de desistência de interposição de recursos.

**10.5 -** Administração Municipal fica assegurado o direito de no interesse do Município, revogar ou anular, a qualquer tempo, a presente licitação, sem que haja ressarcimento ou indenização a quaisquer dos participantes, Art. 49 da Lei 8.666/93.

**10.6 -** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Lajeado do Bugre - RS, Setor de Compras, sito na Rua Clementino Graminho, s/nº, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30min.

Lajeado do Bugre RS, em 28 de Fevereiro de 2020

**ROBERTO MACIEL SANTOS**

Prefeito Municipal

**GELSON PEDROSO**

**PREGOEIRO**

**ANEXO I**

**OBJETO CONTRATAÇÃO**

# **MUNICÍPIO DE LAJEADO DO BUGRE - RS**

**PROCESSO ADMINIATRATIVO 24/2020**

**CARTA CONVITE Nº 04/2020**

Através do presente, apresentamos o Objeto referente a Carta Convite 04/2020, processo Administrativo 24/2020 nas condições a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM**  | **SERVIÇO** | **UNIDADE** | **QUANTIDADE**  | **VALOR UNITARIO** |
| 1 | Prestação de Serviços de Apoio Administrativo – Oficineira Auxiliar nas atividades de artesanato. | 40 horas semanais | 2 | R$ 1.200,00 |
| 2 | Prestação de Serviços de Apoio Administrativo – Oficineira Auxiliar nas atividades de Culinária. | 40 horas semanais | 1 | R$ 1.200,00 |
| 3 | Prestação de Serviços de Educador Social, ministrando **oficinas de violão.** | 20 horas semanais | 1 | R$ 1.000,00 |
| 4 | Prestação de Serviços de Educador Social – Ministração de Oficina de Capoeira. | 22 horas semanais | 1 | R$ 1.200,00 |
| 5 | Prestação de Serviços de Educador Social, **Pedagoga,** que trabalhará com famílias que possuem em seu Núcleo Familiar pessoas com deficiência | 40 horas semanais | 1 | R$ 1.200,00 |
| 6 | Desenvolvimento de oficinas com crianças e adolescentes na prevenção de drogas lícitas e ilícitas e com o grupo de convivência na prevenção de depressão e outras doenças envolvendo os mesmos na sociedade. Desenvolvendo oficinas de artesanato, dança e orientações sob forma de reuniões/palestras. | 40 horas semanais | 1 | R$ 1.000,00 |
|  |  |  |  |  |

**CARTA CONVITE Nº 04/2020**

**ANEXO II**

## *DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE*

### D E C L A R A Ç Ã O

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de **PROPONENTE** da Licitação instaurada pelo **MUNICIPIO DE LAJEADO DO BUGRE**, Processo Nº **24/2020,** na modalidade CARTA CONVITE **nº 04/2020**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO** em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

 Lajeado do Bugre, ............ de ..................................... de 2019.

#### ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(*Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)*

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**D E C L A R A Ç Ã O**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo MUNICIPIO DE LAJEADO DO BUGRE Processo **Nº 24/2020,** na modalidade CARTA CONVITE **Nº 04/2020**, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal enão possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,.......... de ............................. de 2019.

#### ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(*Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)*

**ANEXO IV DO EDITAL CARTA CONVITE 04/2020**

 DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a.) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_., portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e do seu contador, o (a) Sr. (a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do CRC nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação da carta convite nº 04/2020, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

 Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(contador)

 Obs: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da Sessão, separadamente e em momento anterior da entrega dos envelopes (veja se não fica mais compreensível) (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123 de 2006.

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Município de Lajeado do Bugre- RS

Licitação Modalidade: CARTA CONVITE Nº 04/2020

Em atendimento ao previsto no edital de CARTA CONVITE nº 04/2020, DECLARAMOS que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)

(assinatura e carimbo do CNPJ)

**ANEXO VI – CARTA CONVITE Nº 04/2020**

MODELO DE CREDENCIAMENTO

 Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo Município de Lajeado do Bugre - RS, na modalidade de CARTA CONVITE, sob o nº 04/2020, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

 Local e data.

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 Assinatura do (s) dirigente(s) da empresa

 (firma reconhecida)

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 Nome do dirigente da empresa

 **Obs.:**

 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

 2. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

**ANEXO VII**

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº .../2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE LAJEADO DO BUGRE RS, E A EMPRESA ...............................

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, que entre si fazem **o MUNICÍPIO DE LAJEADO DO BUGRE/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Rua Clementino Graminho s/nº, na cidade de Lajeado do Bugre/RS., inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.410.448/0001-00, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ROBERTO MACIEL SANTOS**, brasileiro, casado, , RG nº, CPF sob nº........., residente e domiciliado....., ora denominado simplesmente ***CONTRATANTE*** e, por outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado,com sede na cidade de........................................., na Rua/Av................................... ,Bairro................, inscrita no CNPJ/MF sob nº ................................................,e de ora em diante denominada ***CONTRATADA***, neste ato representada por **ato pelo Sr.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, profissão, CPF e endereço** ..........................., têm entre si, certo e ajustado, firmam o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DA ADJUDICAÇÃO**

O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE OFICINAS OCUPACIONAIS E EDUCATIVAS**, em virtude do Processo Licitatório 24/2020 - Edital de Carta Convite nº 04/2020, de 28/02/2020, julgado em \_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_ e homologado em \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_, originado pelo processo nº 24/2020, da Secretaria Municipal de Administração.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA SEGUNDA-** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE OFICINAS OCUPACIONAIS E EDUCATIVAS Parágrafo Primeiro - Após a homologação do resultado final da licitação a empresa vencedora deverá assinar o contrato;

Após a assinatura do contrato, a empresa deverá dar início a prestação dos serviços nas condições da proposta apresentada e devidamente aceita pela Comissão de Licitações.

Parágrafo Segundo– O local de prestação dos serviços licitados será na Prefeitura Municipal de Lajeado do Bugre – RS e suas secretarias, no CRAS e NAAB, de forma presencial e com a carga horaria especifica de cada item.

**DO PAGAMENTO**

CLÁUSULA TERCEIRA - O VALOR TOTAL DO CONTRATO É R$......(.....). Dessa forma, o CONTRATANTE pagará o valor mensal de R$.................., conforme proposta financeira apresentados pela Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica em conta específica da Contratada, e ou cheque, mediante empenho prévio, com nota fiscal assinada pelo responsável pelo recebimento do objeto deste contrato.

Parágrafo primeiro - A nota fiscal/fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo de licitação – *Carta Convite nº 04/2020*, a fim de se acelerar o trâmite legais.

Parágrafo Segundo – O local do pagamento será junto à Secretaria Municipal da Fazenda do Município, no horário de expediente da prefeitura Municipal.

Parágrafo terceiro - No ato do pagamento serão processadas as retenções necessárias nos termos da lei que regula a matéria. - A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente o Município.

Parágrafo Quarta - Subcláusula Única – Sob hipótese nenhuma haverá antecipação de pagamento.

**DA VIGÊNCIA**

CLÁUSULA QUINTA - O prazo de vigência do presente contrato será até o dia 31/12/2020, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até o prazo máximo de 48 meses, onde será corrigido pelo índice do IGPM ou outro índice que vier a substituir.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas e na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei nº8.666/93, regulamentada por alterações posteriores.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

CLÁUSULA SETIMA

A despesa decorrente deste contrato será contabilizada nas seguintes dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de administração: Verba 248, 271, 298, 309, 315, 320.

 **DAS RESPONSÁBILIDADES**

**CLAUSULA OITAVA - Ficarão a cargo da CONTRATADA as seguintes obrigações:**

1. Executar de modo satisfatório o serviço objeto do contrato de acordo com as determinações do Município elencadas na Carta Convite Nº 24/2020;
2. Cumprir os prazos de entrega especificados na Clausula Segunda;
3. Realizar a entrega/ prestação do serviço conforme exigência do Edital.
4. Responder por si e por seus protestos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
5. Arcar com todas as despesas referentes ao serviço objeto do presente contrato, inclusive com Tributos Municipais, estaduais e Federais incidentes sobre o serviço prestado;
6. Efetuar com rigorosa pontualidade os recolhimentos legais relativos ao INSS, PIS, FGTS, FINSOCIAL, etc., de seus empregados fazendo a comprovação de seus pagamentos;
7. Serão motivos da rescisão contratual, independentemente da conclusão do prazo por:

I – manifesta deficiência do serviço;

II- reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;

III – falta grave a juízo do município;

IV – falência ou insolvência;

V – não der início às atividades nos prazos previstos;

VI – ficar cabalmente demonstrado ser antieconômico o serviço contratado.

CLÁUSULA NONA - Ficarão a cargo da CONTRANTE as seguintes obrigações:

a) Efetuar o pagamento conforme mediante a execução do objeto contratado e apresentação de documentação necessária;

b) Designar servidor municipal como representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

c) elaborar empenho prévio;

d) comunicar, com antecedência, mínima de trinta dias, a rescisão do presente contrato;

CLÁUSULA DECIMA – Este contrato rege-se por disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666/93, 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98 e demais normas atinentes à matéria, quanto a sua feitura e rescisão.

**DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO E DAS PENALIDADES**

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - Nos casos de inexecução do objeto, erro de execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitarão o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

I – Advertência;

II – Multa de 0,5 % (cinco décimo por cento) do valor do contrato, por DIA de atraso injustificado na execução do mesmo, além dos prazos estipulados neste, contrato, observado o prazo máximo de 5 (cinco) horas;

III – Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

IV – Multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, por reincidência em imperfeição, quando já notificada pelo Município, sendo que a licitante vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços.

V – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, relativo a execução dos serviços em desacordo com o solicitado.

VI – A paralisação injustificada do serviço acarretará uma multa no valor de 5%, sobre o total do contrato.

11.2 – Da aplicação das penas definidas nos incisos “II” ao “V”, do subitem “a”, poderá também, ser rescindido o contrato, baseado no artigo 87, incisos III e IV, da Lei n° 8.666/93.

11.3 – Os valores das multas aplicadas previstas nos incisos acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

11.4 – Nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos casos de:

 a) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;

 b) cometimento de fraude fiscal;

 c) fraudar a execução do contrato;

 d) falhar na execução do contrato.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à juros de mora, à razão e 0,05% sobre o valor do produto/serviço a ser fornecido, podendo, ainda o CONTRATANTE, rescindir unilateralmente o contrato e aplicar outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

***Parágrafo Único – Pela inexecução total ou parcial do contrato o CONTRATANTE, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:***

1. ***suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de um ano;***
2. ***declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada*.**

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - Todas as despesas referentes a legislação social e trabalhista, tais como indenizações, férias, seguros de acidentes de trabalho, enfermidades, repouso semanal, FGTS, remuneração e contribuições da Previdência Social e outras, correrão exclusivamente, por conta da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro – Deverá a CONTRATANTE, antes do pagamento devido, a CONTRATADA pedir comprovação para a CONTRATANTE que cumpriu e quitou todos os encargos assumidos e decorrentes do presente contrato, especialmente no que se refere aos encargos previdenciários.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - Na aplicação das penalidades, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do art. 87, “caput”, da Lei Federal nº. 8.666/93.

 Parágrafo primeiro - Da aplicação das penalidades caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

Parágrafo segundo - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**DA RESCISÃO**

CLÁUSULA DECIMA QUINTA- O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições deste contrato, bem como os preceitos e especificações dos documentos que o integram, poderá importar em sua rescisão, a juízo da Contratante, ouvida a Comissão Permanente de Licitações, prevista nos artigos 77, 78 e 79 e seus incisos, e neste caso aplicar também as sanções previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as modificações introduzidas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98.

Nesses termos, caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:

a) A CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;

b) A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;

c) No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados;

d) Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;

e) Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – CONTRATANTE ainda poderá rescindir o presente contrato, independentemente de qualquer indenização ou notificação judicial ou extra-judicial se a CONTRATADA:

a) Falir, entrar em concordata ou se dissolver;

b) Não cumprir qualquer das obrigações estipuladas;

c) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

d) Descumprimento de qualquer cláusula contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA

Para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Palmeira das Missões/RS.

E, por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas instrumentais para um só efeito.

Lajeado do Bugre RS, em ...............

MUNICÍPIO DE LAJEADO DO BUGRE

***ROBERTO MACIEL SANTOS***

CONTRATANTE EMPRESA

 CONTRATADO